

ACEF/1415/24632 — Relatório final da CAE

Caracterização do ciclo de estudos

Perguntas A.1 a A.10

A.1. Instituição de Ensino Superior / Entidade Instituidora:

Instituto Politécnico De Bragança

A.1.a. Outras Instituições de Ensino Superior / Entidades Instituidoras:

A.2. Unidade(s) orgânica(s) (faculdade, escola, instituto, etc.):

Escola Superior De Educação De Bragança

A.3. Ciclo de estudos:

Educação Social

A.4. Grau:

Mestre

A.5. Publicação do plano de estudos em Diário da República (nº e data):

<sem resposta>

A.6. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Ciências Sociais, Psicologia e Ciências da Educação

A.7.1 Classificação da área principal do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF):

310

A.7.2 Classificação da área secundária do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF), se aplicável:

<sem resposta>

A.7.3 Classificação de outra área secundária do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF), se aplicável:

<sem resposta>

A.8. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

120

A.9. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março):

2 anos, 4 semestres

A.10. Número de vagas aprovado no último ano lectivo:

30

Relatório da CAE - Ciclo de Estudos em Funcionamento

Pergunta A.11

A.11.1.1. Condições de acesso e ingresso, incluindo normas regulamentares

Existem, são adequadas e cumprem os requisitos legais

A.11.1.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

O acesso é regulamentado pelo artigo 17º do Decreto 74/2006 de 24 de Março, tendo em conta a publicação do DL 107/2008, de 25 de Junho de 2008 e pelas normas regulamentares do Mestrado (Regulamento 51/2014, DR 2ª série, n.º 29 de 11 de Fevereiro de 2014).

A.11.2.1. Designação

É adequada

A.11.2.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

A pronúncia acrescentou informação relevante:

(i) o nome do CE foi alterado em linha com sugestão da CAE para Mestrado em Educação Social – Educação e Intervenção ao Longo da Vida. Numa futura revisão do CE reflectir sobre as alternativas: “Mestrado em Educação Social e Intervenção ao Longo da Vida”, ou bem, “Mestrado em Educação e Intervenção Social ao Longo da Vida”.

(ii) a área principal CNAEF do CE foi revista e é agora Ciências da Educação, 142.

A.11.3.1. Estrutura curricular e plano de estudos

Satisfaz as condições legais

A.11.3.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

ver Pronúncia

A estrutura curricular e o plano satisfazem os requisitos legais.

A pronúncia acrescentou informação relevante com alterações em linha com recomendações da CAE.: alteração de áreas científicas e oferta de opções. Estas alterações vão mais além da proposta de alteração do RAA e devem ser agora ser formalizadas.

Apesar das melhorias introduzidas, numa futura revisão do CE reflectir sobre: algumas UCs são mais próprias de uma lic., p.ex., Pedagogia Social; outras há cuja designação poderá ser melhorada tendo em conta a natureza do CE, p. ex.,

- Dinâmicas Sociais de Desenvolvimento Comunitário Local

-Educação para o Desenvolvimento e a Cooperação.

A.11.4.1 Docente(s) responsável(eis) pela coordenação da implementação do ciclo de estudos

Foi indicado e tem o perfil adequado

A.11.4.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

A responsabilidade da Coordenação do Ciclo de Estudos (CCE) está atribuída a três docentes (2 Doutores e 1 Mestre). Tendo em conta as suas trajectórias de docência e investigação, expressas em publicações apresentadas no CV (ainda que de mérito díspar), apresentam perfis adequados; de qualquer modo, é questionável se a natureza e extensão de um Mestrado, necessita de 3 para a sua coordenação. Esta situação deverá ser repensada tendo em conta a codificação do CE na área científica predominante das Ciências da Educação.

Pergunta A.12

A.12.1. Existem locais de estágio e/ou formação em serviço.

Sim

A.12.2. São indicados recursos próprios da instituição para acompanhar os seus estudantes no período de estágio e/ou formação em serviço.

Em parte

A.12.3. Existem mecanismos para assegurar a qualidade dos estágios e períodos de formação em serviço dos estudantes.

Sim

A.12.4. São indicados orientadores cooperantes do estágio ou formação em serviço, em número e qualificações adequadas (para ciclos de estudos de formação de professores).

Não

A.12.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

O CE prevê, no 2º ano, a realização em alternativa de: Estágio ou Dissertação ou Trabalho de projecto (50 ECTS) (ver pronúncia), uma melhoria em relação ao RAA (onde se previa duplicação destas UCs a realizar por cada estudante)

Os responsáveis pelo CE apresentam 17 protocolos com outras tantas entidades da comunidade em que a ESE-IPB se insere, que desenvolvem programas ou iniciativas relacionadas com diversas áreas de acção-intervenção sócio-educativa. Em cada uma das entidades é admitido um estudante para realizar práticas externas (Estágio).

São especificadas as normas de avaliação e selecção de quem pode ser responsável pela orientação e apoio aos estudantes, dos seus perfis académicos e profissionais, anos de serviço, etc. No entanto, não são apresentados dados concretos.

Referem-se os orientadores nas FCUs mas em nº insuficiente em relação às vagas.

A.12.6. Pontos Fortes.

- Continuidade da Educação/Formação no domínio da Educação Social na ESE-IPB. Boa integração do CE na missão da Instituição, comprometida de forma explícita com os processos de acção-intervenção educativa e social, assim como na formação e desenvolvimento profissional dos seus diplomados.

- A amplitude e a diversidade de entidades e instituições envolvidas na formação dos alunos através de práticas externas, convergentes com uma formação específica na área da Educação Social.

- Os mecanismos estabelecidos na ESE-IPB para assumir a responsabilidade pela coordenação e supervisão do estágio, garantindo o acompanhamento regular nas instalações da instituição cooperante.

A.12.7. Recomendações de melhoria.

- Identificar os orientadores cooperantes que colaboraram no processo de Intervenção Sócio-educativa (Estágio), com um número considerável de horas (810) e ECTS atribuídos (30), o que aumenta o nível de exigência sobre aqueles que assumem a responsabilidade institucional de orientação, tutoria e/ou acompanhamento.

- Apresenta-se na pronúncia um nova FUC para Dissertação/TP/ Estágio mas não é claro qual a organização interna relativa a cada uma destas alternativas que seguem necessariamente lógicas distintas, em particular Dissertação e Estágio.

1. Objectivos gerais do ciclo de estudos

1.1. Os objectivos gerais definidos para o ciclo de estudos foram formulados de forma clara.

Sim

1.2. Os objectivos definidos são coerentes com a missão e a estratégia da instituição.

Sim

1.3. Os docentes envolvidos no ciclo de estudos, bem como os estudantes, conhecem os objectivos definidos.

Em parte

1.4. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

A pronúncia acrescentou informação relevante (mas ver 1.6)

A inserção do CE na estratégia institucional da ESE-IPB é consistente com o plano de formação e as acções promovidas pela Instituição nas três últimas décadas.

Os meios e procedimentos que informam sobre os objectivos são adequados, no entanto deve ser dada mais ênfase à informação sobre o CE de modo a serem suficientemente conhecidos pelos novos estudantes.

1.5. Pontos Fortes.

- O compromisso em dar resposta a necessidades e expectativas sociais da região em que se inscreve a ESE-IPB.

1.6. Recomendações de melhoria.

Pronúncia:

- É possível melhorar os objectivos reformulados: p.ex.

Mobilizar competências de investigação para o diagnóstico das necessidades de intervenção socioeducativa, considerando os diferentes estádios do ciclo vital; Promover a intergeracionalidade como contexto gerador de experiências educativas de desenvolvimento pessoal e social ao longo da vida.

RAA:

- Clarificar o perfil académico e profissional do CE, mostrando com clareza suficiente quais as semelhanças e diferenças com a licenciatura em Educação Social (1º CE).
- Desenvolver indicadores que permitam estimar o grau de conhecimento e envolvimento das diversas partes interessadas no CE. Embora no Relatório de Auto-avaliação se indiquem as acções levadas a cabo pela ESE_IPB, não é claro até que ponto são conhecidas por docentes e estudantes.

2. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

2.1. Organização Interna

2.1.1. Existe uma estrutura organizacional adequada responsável pelos processos relativos ao ciclo de estudos.

Sim

2.1.2. Existem formas de assegurar a participação activa de docentes e estudantes nos processos de tomada de decisão que afectam o processo de ensino/aprendizagem e a sua qualidade.

Sim

2.1.3. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Na descrição da estrutura organizacional são contempladas diferentes instâncias de coordenação e gestão da tomada de decisão: através de uma Comissão de Curso (composta por três membros, dois docentes e um estudante) e uma Comissão Científica (três docentes doutorados). As suas actuações são validadas pelo Departamento e Direcção de Curso. Refere-se também a existência de um "Conselho Permanente", que articula as decisões ou propostas das Comissões de Curso nos Departamentos.

Os estudantes, além da sua representação na Comissão de Curso e no Conselho Pedagógico, podem expressar as suas avaliações nos questionários sobre a satisfação da qualidade, aplicados anualmente.

2.1.4. Pontos Fortes.

- A existência de vários mecanismos de participação - dos docentes e estudantes - no desenvolvimento da actividade académica, regulada formalmente e articulada de acordo com diferentes áreas de decisão e de gestão dos processos de ensino-aprendizagem no CE.

- Os procedimentos de selecção e creditação de formação dos candidatos, através da Comissão Científica, que também regula a Dissertação-Trabalho de Projecto- Estágio.

2.1.5. Recomendações de melhoria.

- Aumentar a representação dos docentes e estudantes nas Comissões de Curso e na Comissão Científica aumentando a pluralidade da sua participação e o envolvimento na tomada de decisão.
- Definir indicadores sobre os níveis de participação dos docentes e estudantes nas decisões tomadas, garantindo a sua correspondência com as acções de melhoria promovidas nos processos de ensino-aprendizagem.

- Fornecer evidências sobre as percentagens de participação dos estudantes nas respostas aos questionários anuais sobre a satisfação com a actividade docente, bem como sobre as suas consequências práticas na melhoria dos processos formativos do CE.

2.2. Garantia da Qualidade

2.2.1. Foram definidos mecanismos de garantia da qualidade para o ciclo de estudos.

Sim

2.2.2. Foi designado um responsável pelo planeamento e implementação dos mecanismos de garantia da qualidade.

Sim

2.2.3. Existem procedimentos para a recolha de informação, acompanhamento e avaliação periódica do ciclo de estudos.

Sim

2.2.4. Existem formas de avaliação periódica das qualificações e competências dos docentes para o desempenho das suas funções.

Sim

2.2.5. Os resultados das avaliações do ciclo de estudos são discutidos por todos os interessados e utilizados na definição de acções de melhoria.

Sim

2.2.6. O ciclo de estudos já foi anteriormente avaliado/acreditado.

Em parte

2.2.7. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

As informações apresentadas descrevem os mecanismos e as estruturas ligadas ao Sistema de Garantia de Qualidade da Instituição (ESE-IPB) e do CE.

Foi fornecido um link opcional para o Gabinete de Planeamento e Gestão da Qualidade IPB, em que se proporcionam várias informações, incluindo a que refere que a "Direcção do IPB revê anualmente o Sistema de Gestão da Qualidade para assegurar a adequação contínua e a sua eficácia" (último correspondente a 2014).

2.2.8. Pontos Fortes.

- Realização de uma avaliação - num programa voluntário - realizado pela Associação das Universidades Europeias, em Março de 2012, cujo relatório se indica que está disponível num link citado no Relatório de Auto-avaliação. No entanto, esta ligação não está operacional.

2.2.9. Recomendações de melhoria.

- Além de diferenciar as responsabilidades das várias pessoas envolvidas na implementação dos mecanismos de garantia da qualidade e da sua função na Instituição, indicar de que modo se articulam ou coordenam as respectivas responsabilidades em relação a este Mestrado.

- Verificar o link, que deveria permitir o acesso ao Relatório preparado pela Associação das Universidades Europeias (março de 2012), como apresentado no Relatório de Auto-avaliação no ponto 2.2.6 pois não está operacional ("pedido de página inválida"):

http://portal.ipb.pt/portal/page?_pageid=235,113525&_dad=portal&_schema=PORTAL&ventityid=339&vstart=335

3. Recursos materiais e parcerias

3.1. Recursos materiais

3.1.1. O ciclo de estudos possui as instalações físicas necessárias ao cumprimento sustentado dos objectivos estabelecidos.

Sim

3.1.2. O ciclo de estudos possui os equipamentos didácticos e científicos e os materiais necessários ao cumprimento sustentado dos objectivos estabelecidos.

Sim

3.1.3. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

As infra-estruturas e instalações físicas (auditório, biblioteca, laboratórios, salas de aula, salas de computadores e das TIC, etc), assim como os equipamentos e materiais didácticos (redes, software, etc.) que o CE utiliza satisfazem as necessidades associadas aos processos de ensino-aprendizagem; tudo indica que assim é, pelo menos, na utilização que se pode fazer delas no campus e na ESE-IPB, estando os horários (pós-laboral) e os sistemas de ensino-aprendizagem habilitados para o desenvolvimento do trabalho académico.

3.1.4. Pontos Fortes.

- Disponibilidade de infra-estruturas, equipamentos, instalações físicas e materiais didácticos adequados para o desenvolvimento do CE.

3.1.5. Recomendações de melhoria.

Nada a referir

3.2. Parcerias

3.2.1. O ciclo de estudos estabeleceu e tem consolidada uma rede de parceiros internacionais.

Em parte

3.2.2. O ciclo de estudos promove colaborações com outros ciclos de estudo dentro da sua instituição, bem como com outras instituições de ensino superior nacionais.

Em parte

3.2.3. Existem procedimentos definidos para promover a cooperação interinstitucional no ciclo de estudos.

Em parte

3.2.4. Existe uma prática de relacionamento do ciclo de estudos com o seu meio envolvente, incluindo o tecido empresarial e o sector público.

Sim

3.2.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Como colaboração internacional, no Relatório de Auto-avaliação refere-se - exclusivamente - à parceria estabelecida com a Escola Universitária de Valência (a sua denominação actual é "Faculdade de Educação"), ligada à Universidade de Valladolid. Sem ignorar a sua relevância para iniciativas conjuntas, considera-se que representa uma escassa contribuição da Instituição face ao potencial de intercâmbios internacionais para um 2º CE.

As colaborações nacionais diversificam-se em diferentes entidades e instituições, de âmbito local e regional, principalmente para a realização de práticas externas (Intervenção Socieducativa) por parte dos estudantes. Os seus protocolos estão suficientemente actualizados e adoptam um formato comum.

Com outros CE, no Relatório de Auto-avaliação, refere-se expressamente os que existem na própria ESE-IPB, fundamentalmente com licenciaturas em Educação Social e Educação Básica. Deveriam alargar-se a outros contextos, cursos e realidades.

3.2.6. Pontos Fortes.

- As parcerias estabelecidas com diversas entidades e instituições do contexto territorial e humano da ESE-IPB, com um perfil diversificado, para a formação prática dos estudantes, com protocolos actualizados que parecem garantir o seu acolhimento, orientação e acompanhamento.

3.2.7. Recomendações de melhoria.

- Aumentar significativamente as colaborações promovidas pela ESE-IPB, a nível local, regional, nacional e internacional no campo temático, académico, científico e profissional do CE.

- Dotar o CE de mecanismos que permitam a cooperação interinstitucional com outras instituições de âmbito nacional e internacional, com o sector empresarial, a iniciativa privada, o sector

associativo e o sector público, aproveitando as sinergias que os estudos em Educação Social (na Licenciatura e no Mestrado) têm na Instituição.

A pronúncia refere uma parceria com a Faculdade de Educación da Universidade de León. Não obstante, cabe dizer que na Universidade de León se bem existe a Licenciatura em Educação Social, os dois mestrados que se oferecem têm outro perfil. Universidades de Salamanca, Vigo, Extremadura, Santiago de Compostela podem ser boas opções.

4. Pessoal docente e não docente

4.1. Pessoal Docente

4.1.1. O corpo docente cumpre os requisitos legais.

Sim

4.1.2. Os membros do corpo docente (em tempo integral ou parcial) têm a competência académica e experiência de ensino adequadas aos objectivos do ciclo de estudos.

Em parte

4.1.3. O número e o regime de trabalho dos membros do pessoal docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos.

Sim

4.1.4. É definida a carga horária do pessoal docente e a sua afectação a actividades de ensino, investigação e administrativas.

Em parte

4.1.5. O corpo docente em tempo integral assegura a grande maioria do serviço docente.

Sim

4.1.6. A maioria dos docentes mantém a sua ligação ao ciclo de estudos por um período superior a três anos.

Sim

4.1.7. Existem procedimentos para avaliação da competência e do desempenho dos docentes do ciclo de estudos.

Sim

4.1.8. É promovida a mobilidade do pessoal docente, quer entre instituições nacionais, quer internacionais.

Em parte

4.1.9. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

No RAA: N= 14 (13,18 ETI); 6 PhD.

Na actualização do corpo docente (ver respostas): N= 14 (saíram 4 e entraram 4), dos quais 13 a 100%; 12 PhD e 2 Mestres. O corpo docente melhorou o nº de doutorados, quase todos doutorados em 2015 e 2016.

O perfil do corpo docente é variado: 6 Doutorados em CEd ou áreas afins, algumas laterais (p. ex., Metodologia do Ensino da Matemática) mas sem doutorados em Educação Social: só 1 professor (a 59%) tem diploma específico em Educação Social (mestrado).

É discutível a atribuição de alguns docentes a UC em função do seu perfil académico e em particular do seu perfil de investigação.

Só é definida a carga horária do pessoal docente relativa a actividades de ensino.

Existem procedimentos para avaliação da competência e do desempenho dos docentes.

A mobilidade é baixa.

4.1.10. Pontos Fortes.

Esforço de doutoramentos em curso do corpo docente.

4.1.11. Recomendações de melhoria.

- Rever a distribuição de serviço docente de modo a melhorar o alinhamento entre o perfil do professor responsável e a natureza das UC.
- Criar condições na Instituição para conciliar a actividade lectiva com a actividade científica e administrativa, dado que a equipa docente apresenta uma carga lectiva com valores extremos muito elevados.
- Melhorar a mobilidade nacional e internacional associada a este CE.
- Aumentar o nº de doutorados nas CED e em particular em Educação Social.

4.2. Pessoal Não Docente

4.2.1. O pessoal não docente tem a competência profissional e técnica adequada ao apoio à leccionação do ciclo de estudos.

Sim

4.2.2. O número e o regime de trabalho do pessoal não docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos.

Sim

4.2.3. O desempenho do pessoal não docente é avaliado periodicamente.

Sim

4.2.4. O pessoal não docente é aconselhado a frequentar cursos de formação avançada ou de formação contínua.

Sim

4.2.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

A informações fornecidas referem-se ao conjunto do Pessoal não Docente (PND) da ESE-IPB, que compreende um total de 23 funcionários a tempo integral, distribuídos por diferentes serviços.

4.2.6. Pontos Fortes.

Qualificação do Pessoal Não Docente.

Existe um plano de formação anual a fim de melhorar as qualificações do pessoal não docente.

4.2.7. Recomendações de melhoria.

- Indicar a % de dedicação a este CE.

5. Estudantes e ambientes de ensino/aprendizagem

5.1. Caracterização dos estudantes

5.1.1. Existe uma caracterização geral dos estudantes envolvidos no ciclo de estudos, incluindo o seu género, idade, região de proveniência e origem sócio-económica (escolaridade e situação profissional dos pais).

Em parte

5.1.2. Verifica-se uma procura do ciclo de estudos por parte dos potenciais estudantes ao longo dos últimos 3 anos.

Em parte

5.1.3. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

RAA: Há 28 alunos (13 +15)

A procura do CE mostra uma ligeira diminuição nos últimos anos, face ao mesmo número de lugares (vagas= 30), passando de 15 candidatos e inscritos no curso de 2012-13 a um total 13 em 2014-15. Estas informações confirmam que o índice de colocados tende a consolidar-se em torno de 50% das vagas disponibilizadas (n = 30).

Predominam os estudantes do género feminino (89%), com uma maioria (71%) a ultrapassar os 24 anos, e 50% com 28 e mais anos; acederam com uma nota média de 13-14 valores, coincidente ou acima da nota mínima de entrada (intervalo 12-13). Os candidatos em 1ª opção representam 100% dos inscritos.

São informações que não se complementam com outros dados sobre o perfil dos estudantes e suas características sociodemográficas, académicas e/ou profissionais, o que seria desejável.

5.1.4. Pontos Fortes.

-- A nota média de entrada (no intervalo 13-14).

5.1.5. Recomendações de melhoria.

- Rever o número de lugares (vagas) oferecidas neste CE, uma vez que o número de estudantes matriculados nos últimos anos lectivos (no intervalo 13-15) é significativamente inferior ao que se oferece (30).
- Proporcionar mais e melhores informações sobre o perfil sócio-demográfico dos estudantes, dada a natureza do Mestrado: não apenas indicadores quantitativos, mas também das suas competências, atitudes, expectativas, nível de responsabilidade e compromisso com a profissão, valores cívicos e princípios éticos, etc.
- Incentivar a prossecução de estudos nos Licenciados em Educação Social na ESE-IPB.
- Procurar um maior equilíbrio no perfil de género, nos/as estudantes deste CE, incentivando uma maior equidade através das informações apresentadas.

5.2. Ambiente de Ensino/Aprendizagem

5.2.1. São tomadas medidas adequadas para o apoio pedagógico e o aconselhamento sobre o percurso académico dos estudantes.

Sim

5.2.2. São tomadas medidas para promover a integração dos estudantes na comunidade académica.

Sim

5.2.3. Existe aconselhamento dos estudantes sobre a possibilidade de financiamento e de emprego.

Sim

5.2.4. Os resultados de inquéritos de satisfação dos estudantes são usados para melhorar o processo de ensino/aprendizagem.

Em parte

5.2.5. A instituição cria condições para promover a mobilidade dos estudantes.

Em parte

5.2.6. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

As informações fornecidas acerca dos ambientes de ensino-aprendizagem são relevantes e credíveis.

Deve avaliar-se positivamente a existência de diferentes sistemas de informação e de apoio

extra-curricular, orientados para o desenvolvimento de iniciativas e projectos de empreendedorismo, de inserção profissional, etc.

5.2.7. Pontos Fortes.

- A diversidade de acções promovidas para melhorar o clima institucional, os processos de ensino-aprendizagem, a participação dos estudantes em iniciativas e programas (por exemplo, de mobilidade), a orientação sobre oportunidades de financiamento e de emprego, etc.

- A existência de um Gabinete de Empreendedorismo que promove um programa de formação extra-escolar, dirigido a temáticas de criação e financiamento das negócios (embora não se perceba bem a sua "utilidade" no CE em Educação Social) e de uma plataforma electrónica que possibilita a gestão dos currículos e as ofertas de emprego.

5.2.8. Recomendações de melhoria.

- Tornar mais explícitas as informações fornecidas sobre a aplicação dos questionários (inquéritos) aos estudantes relativos à actividade docente: resultados e procedimentos de divulgação, níveis de participação, decisões e acções de melhoria adoptadas, etc. Estes procedimentos devem ser elaborados no âmbito do Sistema de Garantia da Qualidade do CE.

- Melhorar as iniciativas e os resultados associados a programas de mobilidade de estudantes, tanto a nível nacional como internacional.

- Estabelecer um Plano de Acção para aumentar a mobilidade "In&Out" no CE.

6. Processos

6.1. Objectivos de Ensino, Estrutura Curricular e Plano de Estudos

6.1.1. Estão definidos os objectivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências) a desenvolver pelos estudantes e foram operacionalizados os objectivos permitindo a medição do grau de cumprimento.

Em parte

6.1.2. A estrutura curricular corresponde aos princípios do Processo de Bolonha.

Em parte

6.1.3. Existe um sistema de revisão curricular periódica que assegura a actualização científica e de métodos de trabalho.

Sim

6.1.4. O plano de estudos garante a integração dos estudantes na investigação científica.

Em parte

6.1.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

- No Relatório apresentado constam, de forma explícita, os objectivos de aprendizagem a atingir pelos estudantes do Mestrado em Educação Social, tomando como referência conhecimentos, aptidões e competências a serem desenvolvidas nas diferentes UC; no seu conjunto são relevantes, muito embora não seja clara a diferenciação dos estabelecidos na Licenciatura em Educação Social na mesma Instituição nem a sua articulação com os objectivos gerais do CE.

- Uma melhor operacionalização pode permitir avaliar o desempenho dos estudantes, tanto na avaliação contínua (formativa) como final. No entanto, deve-se assegurar que a avaliação seja criteriosa e equitativa, aplicável tanto a formação teórica como prática, individual e em grupo.

- Existem e faz-se uso de mecanismos de revisão curricular, que poderão assegurar a actualização científica e dos métodos de trabalho no CE. Os responsáveis pela revisão curricular e as funções correspondentes que assumem estão bem identificadas.

6.1.6. Pontos Fortes.

- Os mecanismos de revisão curricular estabelecidos, ao que tudo indica permitem assegurar a actualização científica dos conteúdos do CE e dos métodos de trabalho.

6.1.7. Recomendações de melhoria.

- Explicitar as formas através das quais os estudantes conhecem e/ou participam nos avanços no conhecimento que ocorrem na investigação em Educação Social, uma vez que este CE parece diferenciar e, ao mesmo tempo, integrar dois perfis: por um lado, um perfil que permite alcançar alguma especialização profissional; e, por outro, um perfil que pretende aprofundar a investigação e o desenvolvimento científico neste campo.

- Ambas as opções devem ser esclarecidas suficientemente, ao mesmo tempo que se diferencia dos resultados que podem vir a ser alcançados com a realização da Licenciatura em Educação Social, também oferecida pela ESE-IPB.

- Uma maior articulação entre os Objectivos Gerais do Ciclo de Estudos e os objectivos de aprendizagem/"learning outcomes", poderá contribuir para clarificar o perfil deste Ciclo de Estudos.

6.2. Organização das Unidades Curriculares

6.2.1. São definidos os objectivos da aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências) que os estudantes deverão desenvolver em cada unidade curricular.

Em parte

6.2.2. Existe coerência entre os conteúdos programáticos e os objectivos de cada unidade curricular.

Em parte

6.2.3. Existe coerência entre as metodologias de ensino e os objectivos de cada unidade curricular.

Em parte

6.2.4. Existem mecanismos para assegurar a coordenação entre as unidades curriculares e os seus conteúdos.

Em parte

6.2.5. Os objectivos de cada unidade curricular são divulgados entre os docentes e os estudantes.

Sim

6.2.6. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

- As UCs ajustam a apresentação e descrição das suas diferentes secções a uma mesma estrutura.

No entanto, a informação fornecida em cada uma delas é heterogénea, quer em termos de conteúdo e formatos adoptados.

- Em geral, estão satisfeitos os requisitos exigidos, embora não haja evidência suficiente acerca dos níveis de coordenação docente (horizontal e vertical).

- Em algumas UCs procura-se a integração dos resultados das investigações realizadas pelos docentes que leccionam nas UCs, promovendo a iniciação à investigação científica dos mestrados.

- Constata-se algumas redundâncias nos conteúdos abordados em diferentes UC, além de uma orientação escassa face aos processos de acção-intervenção sócioeducativa.

- A bibliografia internacional precisa ser reforçada e actualizada.

6.2.7. Pontos Fortes.

- A existência de mecanismos de revisão curricular.

6.2.8. Recomendações de melhoria.

- Rever a apresentação das UC, não tanto na sua estrutura e diferentes secções que as constituem, mas sim em termos de conteúdo e aspectos formais.

- Explicitar os mecanismos de coordenação docente - horizontal e vertical.

- Actualizar as fontes documentais em algumas matérias, incorporando e/ou diversificando as opções que os estudantes têm ao seu alcance, através de links da Web, catálogos e bases de dados

eletrónicas, entre outros.

- Fornecer evidências que permitam avaliar em que medida os objectivos de cada UC são conhecidos por docentes e estudantes, definindo mecanismos de monitorização e acompanhamento dos indicadores.

ver novas FUCs em pronúncia.

6.3. Metodologias de Ensino/Aprendizagem

6.3.1. As metodologias de ensino e as didácticas estão adaptadas aos objectivos de aprendizagem das unidades curriculares.

Em parte

6.3.2. A carga média de trabalho necessária aos estudantes corresponde ao estimado em ECTS.

Sim

6.3.3. A avaliação da aprendizagem dos estudantes é feita em função dos objectivos da unidade curricular.

Sim

6.3.4. As metodologias de ensino facilitam a participação dos estudantes em actividades científicas.

Em parte

6.3.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

As metodologias de ensino são adaptadas ao Processo de Bolonha. A diversidade dos sistemas de ensino-aprendizagem e as actividades de formação correspondem aos objectivos do CE, projectando-se -no seu conjunto- nas UCs que compõem o plano de estudos.

O calendário dos estudos e a carga de trabalho reflectida nos ECTS que se desenvolvem parece ajustar-se ao quadro normativo vigente, sendo adequada e valorizada positivamente segundo se depreende dos questionários aplicados aos estudantes.

Os sistemas de avaliação são coerentes com os objectivos específicos de cada UC usando diferentes procedimentos que permitem conciliar a avaliação contínua com a final.

6.3.6. Pontos Fortes.

- A diversificação das metodologias de ensino-aprendizagem e dos sistemas de avaliação.

6.3.7. Recomendações de melhoria.

- Apresentar evidências sobre a correspondência entre as metodologias de ensino-aprendizagem e os objectivos formulados no CE; especialmente se se considerar que são bastantes as UC mais orientadas para a análise de problemas e realidades educativo-sociais do que a intervenção nessas realidades.

- Fornecer evidências que reflectem o grau em que as metodologias de ensino-aprendizagem facilitam a participação dos estudantes em actividades científicas.

- Explicitar a correspondência que existe entre a formação teórica, metodológica e prática dos estudantes e as competências a adquirir em cada uma das UCs.

- Reunir evidências do envolvimento dos estudantes na actividade científica. Ex: participação em Congressos, Publicações conjuntas com a equipa docente, outros.

7. Resultados

7.1. Resultados Académicos

7.1.1. O sucesso académico da população discente é efectivo e facilmente mensurável.

Sim

7.1.2. O sucesso académico é semelhante para as diferentes áreas científicas e respectivas unidades curriculares.

Sim

7.1.3. Os resultados da monitorização do sucesso escolar são utilizados para a definição de acções de melhoria no mesmo.

Em parte

7.1.4. Não há evidência de dificuldades de empregabilidade dos graduados.

Sim

7.1.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

As informações fornecidas para anos lectivos 2011-12, 2012-13 e 2013-14, permitem avaliar diferentes aspectos da eficiência formativa do CE. Deve-se notar que as taxas de sucesso na UC e áreas científicas avaliadas são positivas (excepto 2º ano), situando-se entre um mínimo de 12,96 (Matemática, leia-se Metodologias de Investigação) e 14,96 (Psicologia).

As taxas de inserção profissional e da empregabilidade em sectores relacionados com a área do CE equivalem a 100%; (muitos dos estudantes já estão integrados numa actividade profissional relacionada com a Educação Social).

A eficácia formativa é baixa.

7.1.6. Pontos Fortes.

Nada a referir

7.1.7. Recomendações de melhoria.

- Aumentar de modo significativo a eficácia formativa neste CE. adoptando medidas consistentes com perfil académico, pessoal, social, económico, etc. dos estudantes.

- Elaborar quadros de tendências e análise que evidenciem os processos de transição da formação para o mundo do trabalho, com especial ênfase nas taxas de empregabilidade e relações estabelecidas entre a formação e a prática profissional, tentando esclarecer até que ponto a empregabilidade está directamente relacionada com a obtenção do grau de Mestre. Não há evidência clara de que a empregabilidade efectivamente decorra directamente da obtenção do grau.

- Monitorizar a implementação do Plano de Estudos, melhorando a produção de evidência e estabelecendo indicadores que permitam lidar com as debilidades associadas às elevadas taxas de insucesso no final do 2º ano do CE (ie, reduzida eficácia formativa).

7.2. Resultados da actividade científica, tecnológica e artística

7.2.1. Existem Centro(s) de Investigação reconhecido(s), na área científica do ciclo de estudos onde os docentes desenvolvam a sua actividade.

Em parte

7.2.2. Existem publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares, nos últimos 3 anos e na área do ciclo de estudos.

Em parte

7.2.3. Existem outras publicações científicas relevantes do corpo docente do ciclo de estudos.

Em parte

7.2.4. As actividades científicas, tecnológicas e artísticas têm uma valorização e impacto no desenvolvimento económico.

Em parte

7.2.5. As actividades científica, tecnológica e artística estão integradas em projectos e/ou parcerias nacionais e internacionais.

Em parte

7.2.6. Os resultados da monitorização das actividades científica, tecnológica e artística são usados para a sua melhoria.

Em parte

7.2.7. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Na ESE-IPB vários docentes têm ligação com diversos grupos, centros ou unidades de investigação reconhecidos/FCT, em Ciências Sociais e Humanidades, e em menor grau, em Educação nas Universidades do Minho, Valladolid, Complutense e Santiago de Compostela.

As suas contribuições em publicações científicas (revistas indexadas com um índice de qualidade relativo) é desigual em qualidade e quantidade, como pode ser observado no mapa-resumo acessível através do link que é apresentado no Relatório do CE; embora a maioria das publicações pertença ao período compreendido nos últimos cinco anos, não se trata de publicações em revistas, mas em livros, capítulos, actas, etc. As publicações de perfil pedagógico aparentemente são mais abundantes; no entanto, são muitas as que não se adequam ao CE em termos do seu conteúdo..

As ligações entre a investigação realizada e os processos de desenvolvimento socioeconómico do seu ambiente geográfico e social não estão devidamente sustentadas por evidências

7.2.8. Pontos Fortes.

- Os esforços realizados pelos docentes do Mestrado para aumentar a sua produção científica, estabelecendo ligações em protocolos/parcerias com várias universidades, centros, grupos de investigação, etc.

A realização das "Jornadas Ibéricas de Educação Social" (de que há assinalar já duas edições), é uma iniciativa interessante, mas insuficiente para diversificar e projectar em toda a sua complexidade a produção científica, bem como os desafios associados com a necessidade de uma maior internacionalização no domínio da Educação Social.

7.2.9. Recomendações de melhoria.

- Identificar e promover linhas de investigação prioritárias no âmbito da Educação Social, articulando grupos de investigação estáveis, com lideranças científicas reconhecidas e com elevada capacidade de projecção no ambiente socioeconómico.

-Manter a realização das Jornadas Ibéricas de Educação Social, mas em simultâneo desenvolver esforços para aumentar a internacionalização no CE.

- Procurar uma melhor conciliação entre a actividade lectiva e de investigação dos docentes de Educação Social, aumentando em quantidade e qualidade a produção científica associada a este CE, bem como a sua divulgação à sociedade, à comunidade académica e científica no contexto português e internacional.

- Incentivar a captação de recursos externos através da participação em concursos públicos, melhorando as evidências acerca dos processos de monitorização da actividade científica, favorecendo o seu aperfeiçoamento e a participação dos estudantes.

7.3. Outros Resultados

7.3.1. No âmbito do presente ciclo de estudos, existem actividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade ou formação avançada.

Em parte

7.3.2. O ciclo de estudos contribui para o desenvolvimento nacional, regional e local, a cultura

científica e a acção cultural, desportiva e artística.

Em parte

7.3.3. O conteúdo das informações sobre a instituição, o ciclo de estudos e o ensino ministrado são realistas.

Em parte

7.3.4. Existe um nível significativo de internacionalização do ciclo de estudos.

Não

7.3.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

As informações fornecidas no Relatório de Auto-avaliação destacam a preocupação da ESE-IPB em projetar as suas iniciativas para além das actividades formativas e científicas no que se refere o Mestrado em Educação Social.

As evidências, ainda que escassas quantitativamente, são reveladoras do envolvimento de parte do corpo docente no seu desenvolvimento, através de várias prestações de serviços à comunidade e de actividades ligadas a várias entidades locais e nacionais; no entanto, a maioria corresponde mais a actividades de natureza psicológica do que estritamente social ou educacional, o que contraria alguns dos objectivos formulados no CE.

O grau de internacionalização (dos estudantes e de boa parte dos docentes) é reduzido, podendo vir a melhorar as percentagens de estudantes e professores -in&out- em programas de mobilidade.

7.3.6. Pontos Fortes.

- A intenção de abrir a ESE-IPB a diferentes iniciativas e realidades do seu ambiente social, concretizadas em várias colaborações com instituições locais e regionais, públicas ou privadas.

- Embora mereça uma avaliação positiva as actividades desenvolvidas por alguns docentes em programas promovidos no âmbito da terapia de família e comunitária, estimulação cognitiva e comportamental, prática clínica, entre outras, estas actividades evidenciam um foco mais orientado para o desenvolvimento psicológico do que pedagógico e/ou educativo, contrariando parte dos objectivos formulados para este CE.

7.3.7. Recomendações de melhoria.

- Manter e, tanto quanto possível, incentivar o desenvolvimento da prestação de serviços à comunidade, tanto no ambiente próximo como em outros contextos ou realidades sociais. Trata-se, de projectar os conteúdos do Mestrado no território, envolvendo a sociedade civil e suas instituições nos projectos e iniciativas promovidas pela Instituição no âmbito deste CE.

- Desenhar um Plano de Acção para promover a internacionalização de estudantes e docentes através de programas de mobilidade (in&out), para o que deverá aumentar os protocolos bilaterais ou multilaterais que permitam a sua concretização.

8. Observações

8.1. Observações:

Da análise efectuada pela Instituição no seu Relatório de Auto-avaliação, observa-se uma apreciação globalmente positiva do CE, na qual se destacam:

- Ciclo de estudos alinhado com a missão da instituição ESE/IPB.

- As oportunidades de formação oferecidas aos estudantes, que se concretizam na continuidade da formação em Educação Social no 2º Ciclo de Estudos.

- A qualidade da relação pedagógica: proximidade entre docentes e mestrandos (favorecida pelo baixo número de estudantes matriculados neste CE), acompanhamento em várias iniciativas formativas e de desenvolvimento profissional, associativo, etc.

- A existência de protocolos de cooperação com diversas instituições locais e internacionais; embora

- o seu nível de concretização em programas de mobilidade nacional ou internacional seja muito baixa.
- O reconhecimento da comunidade, propiciado pelo envolvimento dos mestrandos em várias actividades a nível local e regional.
 - A diversidade de contextos de origem (Açores, Brasil e Cabo Verde) dos estudantes, muito embora atendendo ao reduzido número de inscritos essa percentagem não seja particularmente significativa.
 - Infraestruturas e recursos adequados.

Deve ser dada prioridade às principais debilidades/pontos fracos deste CE:

- Equipa docente:.. Rever a distribuição de serviço docente de modo a melhorar o alinhamento entre o perfil do professor responsável e a natureza das UC.
- Investigação. Aumentar a investigação associada ao CE, estabelecendo linhas de investigação prioritárias no âmbito da Educação Social.
- Eficácia formativa. Trabalhar com as adversidades ou limitações que condicionam o desempenho dos estudantes, não só na eficácia formativa mas também na captação de estudantes, aumentando significativamente o número de pessoas que opta por fazer este Mestrado.
- Internacionalização. Aumentar a internacionalização associada aos programas de mobilidade docente e de estudantes, alargando as oportunidades que a ESE-IPB poderá oferecer através dos protocolos de colaboração estabelecidos com centros e Instituições de outros países.

A pronúncia resolveu uma parte das fragilidades referidas no relatório preliminar da CAE em particular (i) na estrutura e plano de estudos.com inclusão de opções, novas UCs e reorganização de outras.

As tabelas A 13.4 e A 14.5 da pronúncia são as que devem ser agora formalizadas pela instituição. (ii) também melhorou a designação do CE, área CNAEF principal e objectivos do CE.

8.2. Observações (PDF, máx. 100kB):

8.2._A3ES ficheiro de recurso.pdf

9. Comentários às propostas de acções de melhoria

9.1. Objectivos gerais do ciclo de estudos:

Não se propõem acções de melhoria nesta dimensão.

A pronúncia acrescentou informação relevante (ver CAE 1.6).

9.2. Alterações à estrutura curricular:

As alterações apresentadas na pronúncia estão em linha com as recomendações da CAE. Devem agora ser formalizadas.

Em geral, melhoram a identidade deste CE na área da Educação Social e articulam-se com os novos objectivos do CE e conteúdo de UCs reformuladas.

Ver CAE A 11.3.2.

9.3. Alterações ao plano de estudos:

A pronúncia apresenta melhorias importantes no plano de estudos em linha com recomendações da CAE.

De realçar a oferta de opções, as UCs Dissertação ou Trabalho de projeto ou Relatório de Estágio, em alternativa, novas UCs e reformulação de outras contribuindo para uma melhor identidade do CE e aprofundamento da área.

9.4. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade:

Não são propostas acções de melhoria nesta dimensão.

9.5. Recursos materiais e parcerias:

Não são propostas acções de melhoria nesta dimensão.

9.6. Pessoal docente e não docente:

Rever a distribuição de serviço docente de modo a melhorar o alinhamento entre o perfil do professor responsável e a natureza das UC atribuídas (CAE 4.1.11)

9.7. Estudantes e ambientes de ensino/aprendizagem:

Propõe-se, como particularmente relevante -com prioridade média- promover iniciativas destinadas a promover o acesso dos estudantes ao CE, aumentando as suas oportunidades através de bolsas de estudo, alojamento em residências da Instituição, proporcionando subsídios para viagens, alimentação ou aquisição de bibliografia especializada, entre outros.

Consideram-se apropriadas estas opções de melhoria, mas deveria aumentar-se o seu nível de prioridade no CE, tornando-o alto.

9.8. Processos:

- Melhorar os Programas das Unidades Curriculares, aumentando o seu nível de coerência entre parâmetros, em articulação com os Objectivos Gerais do Ciclo de Estudos, bem como objectivos "major" de aprendizagem.

- Actualizar a bibliografia, em particular a internacional, bem como as fontes de informação electrónicas .

9.9. Resultados:

- Considerando as baixas taxas de eficácia formativa, deveriam ser formuladas -com prioridade alta- acções de melhoria com acções ligadas aos processos de ensino-aprendizagem e envolvendo os mestrandos nos projectos de investigação institucional.

- Aumentar de modo significativo a produção científica da equipa docente afecto ao CE.

10. Conclusões

10.1. Recomendação final.

O ciclo de estudos deve ser acreditado condicionalmente

10.2. Período de acreditação condicional (se aplicável):

1

10.3. Condições (se aplicável):

1 - No prazo de 1 ano

Rever o alinhamento entre o perfil dos docentes e a natureza das UC que lhes são atribuídas (CAE 4.1.11)

2 - No prazo de 3 anos

- Fomentar e apoiar o doutoramento de docentes em Educação Social (CAE 4.1.11)

- Identificar e promover linhas de investigação prioritárias no âmbito da Educação Social, articulando grupos de investigação estáveis, com lideranças científicas reconhecidas e com elevada

capacidade de projecção no ambiente socioeconómico.(CAE 7.2.9)

- Aumentar em quantidade e qualidade a produção científica no âmbito da Educação Social (CAE 7.2.9).

10.4. Fundamentação da recomendação:

Ao longo deste relatório a CAE apresentou um conjunto aspectos positivos e a melhorar (ver resumo em secção 8, Observações). Como resultado dessa análise a CAE recomenda a acreditação condicional deste ciclo de estudos (ver condições acima).

A CAE reconhece o esforço da instituição na melhoria do CE (ver pronúncia).

A principal área de melhoramento é o corpo docente. Apesar de um número razoável de doutorados, não há doutorados em Educação Social. Mesmo nas CED, alguns doutoramentos são em áreas marginais para este ciclo de estudos.

O argumento é extensivo à especialização dos docentes. Daqui resultam disfunções no alinhamento dos docentes com as UCs de que são responsáveis.

Por certo, um maior investimento em doutoramentos em Educação Social só pode melhorar a investigação e a produção científicas nessa área.

A instituição deve agora formalizar as alterações que a CAE recomendou e aquelas que ela própria se comprometeu, em particular no caso da designação, objetivos, estrutura e plano de estudos (ver pronúncia).

Poderia ser relevante a instituição organizar em conjunto com outras instituições de ensino superior com CE em Educação Social, um seminário tipo "brain storming" tendo em vista cruzar reflexões, experiências, organização e desenvolvimentos futuros tendo em vista valorizar o estudo desta área e afirmação da sua identidade.